

Entre o ofício e a amizade: o discurso epistolar do vice-rei 2º Marquês do Lavradio no século XVIII

Adriana Angelita da Conceição*

Resumo

Para a efetivação do governo ultramarino, as práticas de escrita tornaram-se inerentes ao exercício do mando no período moderno. A massa documental produzida pelo império luso-brasileiro é formada por distintas tipologias documentais de ordem político-administrativa, jurídica, econômica e também sociocultural. Entre esses papéis as cartas ocuparam um lugar de destaque, considerando os usos nos espaços da vida pública e particular. A partir desse contexto, este artigo se ocupará da escrita epistolar de D. Luís de Almeida, 2º Marquês do Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil de 1769 a 1779. O objetivo será problematizar a prática discursiva de amizade e de ofício de Lavradio em um momento específico de sua passagem pela América: o recebimento da nomeação ao cargo de vice-rei, quando ainda governava a capitania da Bahia (1768-1769). Para isso, selecionamos três missivas: uma de amizade enviada ao tio, Tomas de Almeida, e duas – uma de ofício e outra de amizade – destinadas ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. A seleção de cartas será analisada por meio dos pressupostos teóricos e metodológicos apresentados pela história social da Cultura Escrita, ao problematizar a carta não apenas como fonte de informação, mas objeto de análise.

Palavras-chave: Correspondência. Império luso-brasileiro. Vice-rei. 2º Marquês do Lavradio.

Introdução

Por mar ou por terra lá iam eles: *los papeles parlantes*. Para o humanista seiscentista e escritor de copiosos manuais de educação, o espanhol Juan Luís Vives (1492-1540), a circulação de ideias, sentimentos, ordens, disputas e tantas outras formas de expressão por meio da escrita era um admirável milagre. As cartas permitiam aos homens “[...] *dar a entender unos a otros lo que sienten* [...]”, mesmo que estivessem apartados por longínquas terras. As possibilidades de comunicação a distância, atreladas à escrita, causavam admiração entre culturas estritamente orais, conforme destacou Vives, indicando que muitos se perguntavam se “[...] *por ventura sabía hablar el papel*”

* Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente realiza estágio de pós-doutorado pelo Programa de Pós-graduação em História na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Esta pesquisa contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

(EGIDO, 2003, p. 19-20).¹ Por conseguinte, na transição do século XX para o XXI, outros assombros chocam as sociedades envolvidas pelas atuais tecnologias digitais de informação e comunicação, ao possibilitarem trocas imediatas, suprimindo consideravelmente as relações tempo e espaço no que se refere aos meios de comunicação e circulação de notícias.

Istambul, últimos anos do século XVI, uma mulher e um homem, um amor proibido. Anos de ausência e uma carta a iniciar uma nova etapa da trama, entremeadas por conflitos e reconfigurações de culturas distantes – Ocidente e Oriente. Shekure escreve ao amado Negro Efendi, atordoada pelo reencontro não planejado. A mensageira Ester era uma mulher que muitas vezes aceitou a posição de “leva e traz”, como gostava de enfatizar. Nesse enredo não nos interessa o conteúdo da carta, mas as percepções de Ester, que não sabia ler, mas podia ver “[...] o capricho daquela escrita, o tremor que parece animar cada letra em sua linha, como sob o efeito de uma brisa delicada.” (PAMUK, 2004, p. 58). Para Ester, uma carta não se exprimia apenas pelas palavras grafadas, mas podia ser lida com outros sentidos, “[...] cheirando-a, tocando-a, afagando-a.” Para a mensageira, a compreensão de uma carta poderia ser diferente entre pessoas, designadas por ela como inteligentes ou imbecis: “[...] é por isso que as pessoas inteligentes dirão: ‘Vejam o que esta carta diz’; enquanto os imbecis se contentam com dizer: ‘Vejam o que está escrito’. Toda a arte está em saber ler não apenas a escrita, mas o que vai junto com ela.” (PAMUK, 2004, p. 57).

Nas palavras que engendram o romance **Meu nome é vermelho**, de Orhan Pamuk, prêmio Nobel de Literatura (2006), quando a carta penetra a história a percepção de leitura epistolar sobressai a decifração de palavras. A missiva poderia ser lida por sua materialidade, junto com a fusão de noções agregadas aos sentidos de uma leitura em **entrelinhas**. Por meio dos *papeles parlantes* de Juan Luís Vives, um homem do século XVI, e o **que pode dizer** uma carta, segundo a personagem Ester, também ambientada no início da Idade Moderna, produziu-se este breve diálogo entre História e Literatura, para se apresentar a escrita epistolar como a fonte e o objeto de estudo deste artigo.

A prática da escrita de cartas no período Moderno e, sobretudo, nos impérios ultramarinos, pode ser considerada como uma das principais ferramentas de governo,

¹ As palavras de Vives foram extraídas de Juan Luis Vives, **La pedagogía**, p. 73-4. Cf. A. S. OSLEY, **Scribes and Sources. Handbook of the Chancery Hand in the Sixteenth Century. Texts from Writing-Masters**. London/ Boston: Faber and Faber, 1980. In. EGIDO, Aurora. **La voz de las letras en el “Siglo de Oro”**. Madrid: Abada Editores, 2003. p. 19-20, nota 7.

por permitir que ordens e demais demandas administrativas pudessem ser atendidas em âmbito local e além-mar. Junto da movimentação constante de correspondências, a monarquia portuguesa, assim como outras, garantiram a extensão de seu poder, representado por diferentes tipos de funcionários reais potencialmente atrelados a Lisboa por meio da escrita, mantendo estreitas redes de sociabilidades públicas e particulares.

Pode-se dizer que uma das centrais características das monarquias modernas concentra-se na permanência da Corte em um único espaço físico, finalizando o período dos reis itinerantes.² Com a Corte no centro de poder, o despacho de papel garantiu a viabilidade dos governos a distância. Assim, a escrita passou a protagonizar grande parte das relações de governo dos impérios europeus em espaço continental e ultramarino. Com isso, não se pretende identificar a produção epistolar apenas ao período Moderno, pois a história da escrita de cartas caminha junto da própria historicidade da escrita como exteriorização social, cultural e política. A carta pode ser identificada como uma das manifestações escritas de maior tradição e, sobretudo, estabilidade quanto a sua estrutura textual, sendo, portanto, a principal forma de comunicação pessoal e institucional (CASTILLO GÓMEZ, 2014, p. 27).³

Entre as centenas de cartas que circularam no contexto do império luso-brasileiro, selecionou-se um conjunto específico de missivas produzidas pelo principal representante do rei no Estado do Brasil no período de 1769 a 1779. Trata-se da correspondência ativa de D. Luís de Almeida, 2º Marquês do Lavradio, composta durante sua governação como vice-rei e capitão general de mar e terra do Estado do Brasil, residindo na sede do vice-reinado, a capitania do Rio de Janeiro.⁴ Sendo assim, este texto estudará as cartas de Lavradio considerando o **que podem dizer**.

O exercício analítico que se empreenderá está organizado em duas partes que por meio de uma perspectiva dialógica permitem que se possa compreender o discurso epistolar do vice-rei entre o ofício e a amizade, como evidencia o título deste trabalho. No primeiro momento, se apresentará de modo conciso a trajetória de Lavradio até a sua nomeação como representante do rei no Brasil, problematizando algumas questões que

² Para saber mais sobre a itinerância e fixação das Cortes europeias consultar, conforme consta nas referências bibliográficas, ao final do artigo, Rita Costa Gomes.

³ Para esta afirmação, o pesquisador Antonio Castillo Gómez dialogou com o paleógrafo italiano Armando Petrucci nas seguintes obras: **La ciencia de la escritura. Primera lección de Paleografía** (2002, p. 93); e **Scrivere lettere. Una storia plurimillennaria** (2009).

⁴ Em 1763 a capital do Estado do Brasil foi transferida da Bahia para o Rio de Janeiro.

perpassam os sentidos desse cargo na administração do império luso-brasileiro. Na sequência, analisar-se-á a prática de escrita de cartas de D. Luís inserida na cultura escrita da política portuguesa ultramarina. Assim, estudar-se-á a escrita de amizade e de ofício de Lavradio em uma específica situação: a chegada da carta régia com a nomeação ao cargo de vice-rei. Para o desenvolvimento dessa questão, escolhemos três missivas: uma de amizade enviada ao tio, Tomas de Almeida, e duas – uma de ofício e outra de amizade – destinadas ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, conforme já dito. Por fim, à guisa de conclusão, tecemos algumas considerações sobre as fragilidades que envolviam a função de vice-rei e que eram representadas na produção epistolar de D. Luís de Almeida, conforme o discurso de ofício e/ou de amizade que elaborava.

D. Luís de Almeida, 2º Marquês do Lavradio, e o cargo de vice-rei

Com o casamento de Antônio de Almeida com Francisca das Chagas Mascarenhas, nasceu em junho de 1729 o primogênito do núcleo familiar, recebendo o nome de Luís de Almeida. Como foi o primeiro, isso já lhe imputava muitas responsabilidades, pois seria o sucessor do pai no marquesado e na administração da casa nobiliárquica *Lavradio-Avintes*. Ainda muito jovem recebeu a dedicatória de um compêndio, publicado em 1746, projetando alguns traços do que deveria ser sua personalidade: “[...] ilustrará os gabinetes, e as campanhas; que para estes fins he que nasceo, quando nasceo *Almeida* [...]”, pois, segundo o autor, o sangue que corria em suas veias era o “[...] mais puro sangue de Portugal, França, e Hespanha, que todo junto, (e ainda casa hum per si) fórma hum Oceano de fidalguia.” (FREIRE, 1746, p. 3).⁵ Nas sociedades de corte, o nascimento era uma condição essencial para o posicionamento social. À medida que D. Luís de Almeida avançava em anos, sua trajetória ia sendo estruturada para uma vida de serviço à monarquia.

Com dez anos foi inserido na vida militar, seguindo o percurso do pai, e crescendo entre regimentos de infantaria. Aos 17 anos recebeu sua primeira patente, tornando-se capitão em novembro de 1746, ano em que foi elevado a conde de Avintes. Em 1760 o pai de D. Luís de Almeida, D. Antonio, deslocou-se para a América,

⁵ FREIRE, Francisco José. **O secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas. Por meyo de huma instrucçam. Preliminar, regras de Secretaria, Formulario de tratamentos, e hum grande numero de Cartas em todas as especies, que tem mais uso.** Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1746. As citações mantêm a ortografia e a gramática do original.

cumprindo uma ordem real que o tornou vice-rei do Estado do Brasil, com sede na capitania da Bahia. A estada de D. Antonio, depois de ocupar cargos em outras possessões portuguesas na África, foi rápida, ao falecer meses depois de seu desembarque. Com a morte do pai, mediante carta régia assinada por D. José I, em julho de 1761, D. Luís tornou-se o 2º Marquês do Lavradio e ascendeu-se na carreira militar, sendo promovido a brigadeiro em outubro de 1763. Com tal conformação familiar, o destino de Lavradio era praticamente certo, em breve seria destinado a alguma possessão ultramarina para representar o poder monárquico português – o que aconteceu ainda na década de 60 do século XVIII.

Em fevereiro de 1768 deixou Portugal e navegou rumo à Bahia, onde seria governador, seguindo precisamente o caminho feito pelo pai anos antes – lembrança que o perturbou e representou nas primeiras linhas traçadas no novo endereço, como fez ao tio, Tomás de Almeida, expondo que as memórias trazidas pela Bahia eram todas “[...] triste, e de huma grande Saudade.” (ARQUIVO NACIONAL, 1746, f. 2v).⁶ A estada em Salvador foi mais curta do que imaginava e, meses depois, por ordem do rei, novamente lançou-se ao Atlântico e seguiu viagem para o Rio de Janeiro como encarregado pelo principal posto da administração colonial na América: vice-rei do Estado do Brasil. Tomou posse em novembro de 1769 e conservou-se em terras além-mar por mais de uma década. O contexto do Brasil, naquele momento, era de uma acentuada crise econômica e política vinculada, em especial, aos seguintes aspectos: constante redução da extração do ouro e de pedras preciosas, oscilações no mercado açucareiro e os conflitos de fronteira na América meridional, entre Portugal e Espanha. Para regular a situação, as frentes de ação do gabinete real de D. José I incluíram como medidas um maior controle do fisco, atenção ao povoamento, efetiva militarização dos territórios de fronteira e investimentos na agricultura. Tais procedimentos foram definidos pelo historiador Arno Wehling (1977, p. 185) como **medidas fomentistas**.

⁶ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Correspondência**. Registro da correspondência do Marquez do Lavradio com diversas pessoas residentes na Bahia, Rio de Janeiro, Angola, etc. 1768-1772. Códice 1095, Carta de amizade do 2º marquês do Lavradio (D. Luís de Almeida Portugal) ao Principal Almeida (Tomás de Almeida), Bahia, 05 de maio de 1768. f. 2v. Neste estudo, não serão tecidas considerações quanto aos aspectos gráficos da escrita do marquês do Lavradio e de seus secretários, porém, mesmo assim, as transcrições manterão a gramática, a ortografia e a pontuação dos originais, considerando que a *edição modernizadora* mobiliza uma série de saberes que ultrapassam a simples atualização ortográfica, gramatical e dos sinais de pontuação – questão que não será discutida aqui. Portanto, apenas, para facilitar a leitura, desenvolveram-se as abreviaturas, indicando o *desenvolvimento* com a marcação em itálico. Por exemplo: no original m.¹⁰, na transcrição, *muito*. Entretanto, manteve-se a abreviatura da forma de tratamento V. Ex.^a: Vossa Excelência. Por fim, a referência completa das fontes consta ao final do texto.

Diante desse cenário, a governação do Marquês do Lavradio foi estruturada junto de um maciço investimento na agricultura, por meio das culturas de algodão, arroz, anil, cochonilha e linho, além da criação de gado, junto de estímulos aos estudos científicos, incluindo a fundação da Academia Científica do Rio de Janeiro (ARQUIVO NACIONAL, 1772, f. 332).⁷ Segundo Arno Wehling, os incentivos de D. Luís de Almeida superavam as instruções que chegavam de Lisboa. Para o pesquisador, o vice-rei era um “Homem de Ilustração, preocupado com as ciências naturais, a difusão da cultura e a aplicação dos conhecimentos, à moda dos ‘filósofos naturais’ [...]” (WEHLING, 1977, p. 239), pois, como destacado acima, foi sendo preparado para ocupar um posto de governo ultramarino, como acontecia com grande parte dos primogênitos da nobreza portuguesa.⁸

A institucionalização do cargo de vice-rei na América portuguesa ainda é motivo de controvérsia entre os historiadores do império luso-brasileiro. O primeiro governador-geral do Estado do Brasil com o título de vice-rei foi o Marquês de Montalvão, em 1640 – ainda no contexto da união ibérica. Mas a titulação não foi contínua entre todos os que eram nomeados governadores-gerais nesse contexto. Entretanto, depois de 1720 a titulação de vice-rei acompanhou todos os que foram nomeados ao cargo, sendo que a instituição e a permanência do título seguiu as novas diretrizes lusas para a administração colonial, que visavam ampliar a centralização da possessão americana. Contudo, diferente da Índia, o Brasil nunca foi elevado a vice-reino, pois “[...] não há acto normativo que conceda ao Estado do Brasil – e nem ao Maranhão, no tempo em que existiu – a categoria de Vice-Reino.” (BELLOTTO, 1994, p. 830). Percebe-se que a permanência do título representou a importância da América para a Coroa portuguesa, o que reforçou, em 1763, a necessidade de transferência da capital da Bahia para o Rio de Janeiro, indicando os mecanismos de centralização vinculados às zonas de produção aurífera – embora o açúcar não tenha perdido o papel

⁷ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Correspondência.** Registro da correspondência do Marquez do Lavradio com diversas pessoas residentes na Bahia, Rio de Janeiro, Angola, etc. 1768-1772. Códice 1095, Carta de amizade do 2º marquês do Lavradio (D. Luís de Almeida Portugal) ao marquês de Angeja (Pedro José de Noronha), Rio de Janeiro, 06 de março de 1772. f. 332. Os objetivos de D. Luís de Almeida ao apoiar a fundação e o desenvolvimento da academia eram ambiciosos. Entre as intenções, consoante ao que compartilhou em março de 1772 com o Marquês de Angeja, constava do anseio de que os portugueses deixassem de “[...] passar pela vergonha de *que* os Estrangeiros sejam só os *que* nos instruíam, e se aproveitem destas perciosidades que nós temos, mas que nós posamos ser os *que* os instruíamos a elles.” (ARQUIVO NACIONAL, 1772, f. 332).

⁸ Para mais informações sobre a trajetória de Lavradio consultar, conforme as referências bibliográficas que seguem ao final do artigo: Dauril Alden (1968) e Adriana Angelita da Conceição (2013). Para questões relacionadas às casas nobiliárquicas consultar: Nuno Gonçalo Monteiro (2003) e Maria de Lurdes Rosa (2012).

de protagonista da economia colonial –, além da proximidade com as regiões de conflito territorial com a Espanha.

Mesmo com a volubilidade institucionalizada da condição do Brasil como vice-reino, durante o século XVIII o território cresceu visivelmente em importância dentro da política e da economia do império. Desse modo, os critérios de recrutamento e dos administradores ultramarinos estavam pautados pela hierarquização nobiliárquica que era a distinção essencial daquela sociedade, e que balizava e também limitava as seleções e remunerações. A atribuição do título vice-reinal e a elevação à grandeza eram dimensões indissociáveis, conforme indica o historiador Nuno Monteiro (2001). De acordo com o pesquisador, “[...] eram diversos, no plano da qualidade de nascimento e das qualificações e experiências requeridas, os círculos onde se recrutavam os administradores das conquistas [...]”, sendo o topo ocupado pelos “[...] governadores-gerais e vice-reis, quase sempre militares com qualificada nobreza e fidalguia, e objeto de uma escolha próxima e cautelosamente ponderada pelos monarcas.” (MONTEIRO, 2001, p. 257). Diante dessa conformação social, sobretudo no século XVIII, o cargo de vice-rei desdobrou-se entre a imbricação do administrador experiente e do militar de carreira – perfil no qual D. Luís de Almeida se encaixava. Portanto, assumir tal função transformava-se em um fardo simbolicamente contraditório, pois era almejado em nome do engrandecimento da casa nobiliárquica, e temido pela possibilidade de levá-la à ruína – questões presentes na prática epistolar de D. Luís de Almeida.

A não elevação da América portuguesa à condição de vice-reino, de modo institucionalizado, também refletia na perceptível indeterminação de poder que conformava as práticas governativas de cada administrador. O cargo de governador-geral, com o título de vice-rei, implicava em funções legislativas e administrativas, incluindo questões de Fazenda e do poder Judicial. Além disso, as funções militares tomavam boa parte do tempo, especialmente nos momentos de conflitos territoriais, como foi no caso de D. Luís de Almeida, já que os vice-reis também eram capitães gerais de mar e terra do Estado do Brasil.⁹ O vice-rei também possuía prerrogativas, como presidente, junto ao tribunal da Relação, criado na Bahia no início do século XVII e em 1752 instituído no Rio de Janeiro.

A instauração de um novo tribunal na América lusa foi motivada pela reafirmação do poder real de modo mais incisivo no território colonial, além de buscar

⁹ A prerrogativa militar entre os ocupantes do cargo de vice-rei foi mantida até o reinado de D. José I (1750-1777), sendo que nos reinados seguintes não apenas militares de carreira ocuparam o cargo.

minimizar as demoras nas decisões diante da expressiva quantidade de ações que eram submetidas ao tribunal da Bahia, gerando, muitas vezes, inconvenientes ligados à extração de ouro (WEHLING, 2004). A jurisdição do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro estendia-se além das capitânicas subalternas ao Rio (Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro e Colônia do Sacramento), abrangendo as capitânicas de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e litoral do Espírito Santo. Para o historiador Stuart Schwartz (2011, p. 294), “[...] a criação da Relação do Rio de Janeiro foi uma das primeiras mudanças pombalinas introduzidas no Brasil.” Feitas tais considerações, passar-se-á para a próxima etapa de análise, na qual interessa problematizar a escrita epistolar de D. Luís de Almeida no cargo de vice-rei do Estado do Brasil.

Entre a amizade e o ofício: as cartas de D. Luís de Almeida no governo ultramarino

O tempo de dedicação à produção de missivas, durante o desempenho do governo ultramarino, atendeu a propósitos de ordem pública e particular. Ditar, passar a limpo, escrever, reescrever, enviar e receber cartas tornou-se uma prática inerente ao exercício de governar a distância, fossem nos espaços continentais ou ultramarinos, pois cabia à escrita, entre outras funções, servir de meio de comunicação. A produção epistolar de D. Luís de Almeida, durante sua permanência no Brasil, ponderando ter sido seu governo um dos mais importantes na segunda metade dos setecentos, é fonte imprescindível para se analisar o governo do império luso-brasileiro, mormente, porque a cultura política moderna estava intimamente vinculada à escrita. Sua produção permite que se analise o posicionamento do vice-rei em meio às dificuldades e vicissitudes da prática de governar, ao construir discursos de acordo com o espaço de circularidade da escrita e da posição social do destinatário. Desse modo, propõe-se um estudo do discurso de Lavradio diante de uma situação específica: a nomeação de vice-rei.

As reflexões presentes neste artigo foram inspiradas em um texto publicado pela historiadora e arquivista Heloísa Liberalli Bellotto (2014), intitulado **O documento público e o documento privado: um estudo de caso da diversidade do discurso em língua portuguesa do século XVIII**.¹⁰ Por meio de uma análise diplomática em diálogo com a pesquisa histórica, a autora estudou um ofício e uma carta particular do capitão

¹⁰ O texto foi originalmente publicado em 2008 na revista **Philologica**, sendo que em 2014 foi republicado na coletânea **Arquivo: estudos e reflexões**. Portanto, as citações foram feitas a partir da edição de 2014.

general e governador da capitania de São Paulo, morgado de Mateus¹¹, buscando caracterizar, pelas das diferenças discursivas, o documento público e o documento privado. Após a leitura do texto, e diante da capacidade criativa e analítica da autora, foi possível pensar uma problematização semelhante para a escrita do Marquês do Lavradio, buscando não a caracterização do documento público e privado, mas o posicionamento do vice-rei nesses espaços sociais diante de uma mesma temática.

Durante o século XVIII o império português passou por “[...] certa consolidação das instituições coloniais e uma maior vitalidade organizacional e burocrática [...]” (BELLOTTO, 2014, p. 391), sendo que essa conformação político-administrativa determinou de modo mais específico as relações sociais mantidas por meio da escrita, envolvendo, acima de tudo, os homens destinados pelo rei para o governo ultramarino. Desse modo, ao se investigar a prática de escrita de cartas do vice-rei identifica-se uma gerência da documentação pública e particular mantida pelo 2º Marquês do Lavradio e por seus colaboradores – os secretários do Estado do Brasil e os secretários particulares. Assim, a produção, a circulação e a conservação dos papéis produzidos durante a função administrativa e na permanência no Rio de Janeiro informam do governo e das práticas de sociabilidades de D. Luís.

A estruturação analítica desse texto, inspirada no trabalho de Belloto, dialoga com as perspectivas teóricas e metodológicas apresentadas pela história social da cultura escrita. Para o pesquisador espanhol, Antonio Castillo Gómez (2003, p. 120), a “[...] *singularidad de la historia de la cultura escrita estará en tener presentes las elaboraciones de la teoria del discurso y ligar las com la forma específica de los objetos escritos.*” Desse modo, passa a importar para os estudiosos da cultura escrita não apenas a compreensão textual, mas seu sentido material e subjetivo no tempo. Portanto, interessa o tempo da produção, da circulação e da conservação dos objetos escritos. A escrita passa a ser problematizada no campo de produção do conhecimento histórico como objeto de análise, além de fonte de informação. Sendo assim, as cartas de D. Luís de Almeida, neste artigo, estão sendo estudadas de modo que se possa considerar a produção e a circulação do discurso epistolar como objeto carregado de historicidade.

A produção de Lavradio foi bastante variada em função dos diferentes níveis de destinatários envolvidos na troca de correspondências, compreendendo relações

¹¹ D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, morgado de Mateus, chegou ao Brasil em 1765 e permaneceu à frente do governo de São Paulo até 1775.

assimétricas ascendentes, assimétricas descendentes e simétricas.¹² Nestas relações, o discurso de D. Luís de Almeida se alterava de acordo com o grau de liberdade de expressão que o remetente mantinha com os destinatários, mesmo que se tratasse de um assunto específico. Porém, não apenas o grau de relação pessoal fazia com que o discurso variasse, mas também a escolha pela circularidade da correspondência entre carta de ofício e carta de amizade. Por exemplo, uma carta do vice-rei para o secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, se fosse de ofício mantinha uma estrutura textual formal, direta e mais rígida – sem rodeios, com o uso de verbos precisos, concentrada na posição que os definia hierarquicamente. Entretanto, sem deixar de seguir os princípios da tratadística epistolar do século XVIII,¹³ quando escrevia a Pombal e optava pela designação de carta de amizade, embora o núcleo temático pouco divergisse dos assuntos de governo, a escolha discursiva produzia uma carta de aproximação e ligeiramente estruturada de modo mais informal, sendo mais **livre**, permitindo oscilações quanto ao grau de contato com a vida particular de ambos. Sendo o Marquês do Lavradio um homem preparado para servir ao rei em territórios ultramarinos durante sua carreira militar, incluindo o exercício administrativo, ele compreendia a necessidade de domínio do discurso escrito, mesmo que tivesse a sua disposição muitos homens para essa finalidade, como os secretários. Em setembro de 1772 enviou ao governador e capitão-general de Angola, Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, uma carta de amizade e desabafou: “[...] creya V. Exa. *que* estas *minhas* expreçoénz, naõ são effeitos *daqueles* aparentez obzequios, *que* o costume tem estabelecido por pratica nas correspondencias, são sertamente os efeitos da *amizade* mais pura, e verdadeira com *que* a V. Exa. tanto respeito.” (ARQUIVO NACIONAL, 1772, f. 5)¹⁴ – evidenciando que conhecia os preceitos da prática epistolar

¹² Para saber mais especificamente sobre os tipos de relações e suas implicações linguísticas, consultar Leonardo Lennertz Marcotulio (2010).

¹³ Sobre a tratadística epistolar no século XVIII consultar, conforme as referências bibliográficas que seguem ao final do artigo: Adriana Angelita da Conceição (2013) e Tiago Reis Miranda (2010). Além disso, a produção do historiador espanhol Antonio Castillo Gómez é bastante vasta sobre o assunto, assim como a obra: Carol Poster e Linda Mitchell (2007), **Letter Writing Manuals and Instruction from Antiquity to the Present. Historical and Bibliographical Studies**.

¹⁴ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Correspondência**. Registro da correspondência do Marquez do Lavradio com diversas pessoas residentes em Portugal, Brasil, etc. 1772-1776. Códice 1096, Carta de amizade do 2º marquês do Lavradio (D. Luís de Almeida Portugal) a Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Rio de Janeiro, 02 de setembro de 1772. f. 5. Os livros de registro 1095 e 1096, custodiados pelo Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), somam 557 missivas que foram editadas em três partes, nos anos de 1972, 1975 e 1978. Entretanto, neste artigo, os trechos e as citações realizadas da correspondência de D. Luís de Almeida são retirados dos livros manuscritos e não das edições. Essa opção metodológica, em

que instruíam o remetente a moderar os excessos retóricos, sem deixar de destacar **o que poderiam ser** os verdadeiros sentimentos como os motivadores da comunicação escrita.

A classificação entre carta de amizade e carta de ofício está presente na materialidade do *corpus* produzido por D. Luís de Almeida. A correspondência recebida e enviada por Lavradio está custodiada por instituições públicas e particulares no Brasil e em Portugal; e possui uma trajetória custodial bastante sinuosa e que não fará parte das ponderações deste artigo. Entretanto, perpassando de modo pontual o que seria o tempo de conservação do *corpus* chega-se aos livros de registro da correspondência ativa, produzidos pelos colaboradores do vice-rei. De modo geral, estão divididos em cartas de ofício e de amizade. Essa distinção, como estratégia de conservação, caracteriza a diferenciação imposta por D. Luís de Almeida em relação ao discurso epistolar que produzia.

De acordo com as análises de Bellotto (2014, p. 319), o discurso de ofício é dirigido por três características, que seriam próprias da comunicação oficial: a formalidade, a objetividade e a clareza. Já a escrita de amizade estaria pautada pela informalidade, sendo mais detalhista e com um tom até divertido, mesmo que, conforme destacou Bellotto, não se afastasse “[...] da rigidez de tratamento pessoal próprio da época [...]”, presente no domínio da vida privada (BELLOTO, 2014, p. 319). As cartas de amizade do Marquês do Lavradio, mesmo que circulando entre indivíduos de vínculos estreitos, não deixavam de ser ponderadas pelas sociabilidades da sociedade de corte,¹⁵ marcadas pela contenção dos sentimentos e não pela expressão da intimidade do *eu*, que caracterizará o surgimento das relações de intimidade e privacidade a partir do século XIX.¹⁶

As cartas de ofício de D. Luís de Almeida foram destinadas aos homens envolvidos com a administração do império, comedidas por relações assimétricas ascendentes e descendentes e simétricas, sendo que a posição do vice-rei diante das indeterminações de poder que acometiam seu cargo geravam dúvidas e/ou cobranças no

diálogo com as atuais vertentes analíticas da História Social da Cultura Escrita, já foi problematizada em trabalhos anteriores com as missivas do vice-rei. Conferir: Conceição (2013).

¹⁵ Consultar, entre outras, conforme as referências bibliográficas que seguem ao final do artigo: Elias (2001); Ertzogue e Parente (2006); e Haroche (1998).

¹⁶ A prática de escrita de cartas no século XVIII não possuía apenas características vinculadas às sociabilidades cortesãs, considerando que nesse período se desenvolveu o estilo de carta burguesa. Entretanto, diante da proposta deste texto, essa questão não será abordada, mas para maiores informações consultar: Armando Petrucci (2009), **Scrivere lettere. Una storia plurimillennaria**; e ainda, Javier Antón Pelayo (2005), **La sociabilitat epistolar de la família Burgués de Girona (1799-1803)**.

momento da produção epistolar. Os desentendimentos entre os governadores ultramarinos do Estado do Brasil não foram raros. Assim, “[...] choques constantes em assuntos burocráticos, fiscais, estratégico-militares e outros de maior ou menor gravidade, ocorreram ao tempo do vice-reinado.” (BELLOTTO, 1994, p. 832). A tensão relacional mantida durante todo o império luso-brasileiro caracterizou as relações de governo entre a Coroa e o espaço colonial, gerando, de certo modo, garantias de centralização de poder para Portugal. Bellotto destaca que os documentos originados e enviados ao Conselho Ultramarino, junto dos estudos das trajetórias dos governadores coloniais, indicam que o “[...] comportamento da Coroa e dos órgãos centrais não era uniforme e unânime quando se tratava de autorizar ou desautorizar desígnios mais independentes, fossem da parte dos vice-reis, fossem da parte dos governadores [...]” (BELLOTTO, 1994, p. 832) – fortalecendo assim as tensões entre os poderes locais nas suas ligações com o poder central.

Como exercício de análise selecionamos três cartas de D. Luís de Almeida, sendo uma de amizade encaminhada a Tomas de Almeida, o Principal Almeida, tio de Lavradio. As outras duas são uma carta de amizade e outra de ofício, dirigidas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, secretário de Estado da Marinha e Ultramar. As três missivas foram escritas em 29 de julho de 1769 e encaminhadas da capitania da Bahia a Lisboa. A notícia da nomeação de D. Luís de Almeida ao cargo de vice-rei é a temática central das comunicações epistolares selecionadas. Antes de receber oficialmente a carta régia com a convocação, em 17 de junho de 1769, o governador da Bahia soube de boatos que indicavam tal decisão real, questão que o incomodou profundamente. Em carta ao tio, Tomas de Almeida, de maio daquele ano, foi enfático ao afirmar que duvidava se teria aceito atravessar o Atlântico se suspeitasse que poderia ser encaminhado ao Rio de Janeiro, como vice-rei, o que representaria “[...] mais tres, ou quatro annos de degredo na America [...]” (ARQUIVO NACIONAL, 1769, f. 72v-73)¹⁷, afirmando que “[...] quando falo sobre esta materia eu me inflamo em forma que me não conheço.” (ARQUIVO NACIONAL, 1769, f. 72v-73).¹⁸ Portanto, antes da

¹⁷ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Correspondência.** Registro da correspondência do Marquez do Lavradio com diversas pessoas residentes na Bahia, Rio de Janeiro, Angola, etc. 1768-1772. Códice 1095, Carta de amizade do 2º marquês do Lavradio (D. Luís de Almeida Portugal) ao Principal Almeida (Tomás de Almeida), Bahia, 01 de maio de 1769. f. 72v-73.

¹⁸ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Correspondência.** Registro da correspondência do Marquez do Lavradio com diversas pessoas residentes na Bahia, Rio de Janeiro, Angola, etc. 1768-1772. Códice 1095, Carta de amizade do 2º marquês do Lavradio (D. Luís de Almeida Portugal) ao Principal Almeida (Tomás de Almeida), Bahia, 01 de maio de 1769. f. 72v-73.

confirmação, D. Luís manifestou inquietação diante do cargo, indicando que já conhecia os problemas que circundavam as indeterminações de poder dos governadores ultramarinos e as possibilidades de cair em desgraça, caso seus nomes fossem envolvidos em atividades ilícitas para um governador, como práticas comerciais, além das despesas necessárias e muitas vezes bancadas por eles próprios.

Com a carta de nomeação em Salvador, não restava dúvidas ao Marquês do Lavradio, que ele passaria mais tempo afastado de Lisboa e à frente de uma melindrosa função administrativa, com poderes de jurisdição apenas estendidos às capitânicas subalternas a do Rio de Janeiro. Com a confirmação da nova função, trazida pela nau de guerra Nossa Senhora dos Prazeres, restou a D. Luís lamentar e escrever. A composição discursiva diante da novidade cuidadosamente elaborada entre as cartas de amizade e de ofício que seguiram para Portugal no navio Fé, capitaneado por Francisco Manoel Rabelo.

Na escrita de amizade ao tio o discurso não estava pautado pelo tom oficial presente nas cartas trocadas com os responsáveis pelos Conselhos do rei. A missiva foi composta por uma linguagem de aproximação e ao mesmo tempo de deferência, diante da idade mais avançada do tio e por ter sido seu preceptor. Desse modo, variava o eixo da assimetria social, unindo e ao mesmo tempo separando, ao conformar as manifestações contidas das sensibilidades e os diferentes níveis de poderes simbólicos, como o do respeito. No primeiro parágrafo, desta extensa carta, não houve espaço para as lamentações de saudade ou para as notícias da saúde – como comumente acontecia: “Meu Tio e meu *Senhor* de todo o meu Coração couza nenhuã adivinha tanto como o proprio coração da gente.” (ARQUIVO NACIONAL, 1769).¹⁹ O sobrinho, desolado, confirmava os boatos, “[...] recebi as ordens da corte *para* aver de pasar ao Rio de Janeiro com o carater de vise Rei deste Estado.”²⁰ Após o registro da confirmação da suspeita, que provavelmente o tio já sabia, as perspectivas expostas não eram as melhores: “[...] a quem não está no Brazil poderá fazer esta mudança huma especia muito gostosa, porem a quem estava neste Lugar em que eu me achava não pode deixar de lhe fazer bastante violencia, e descômodo.”

¹⁹ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Correspondência.** Registro da correspondência do Marquez do Lavradio com diversas pessoas residentes na Bahia, Rio de Janeiro, Angola, etc. 1768-1772. Códice 1095, Carta de amizade do 2º marquês do Lavradio, (D. Luís de Almeida Portugal) ao Principal Almeida (Tomás de Almeida), Bahia, 29 de julho de 1769. f. 123-124v.

²⁰ Para evitar constantes intervenções no texto, repetindo a referência desta missiva, indicamos que ela consta nos fôlios 123, 123v, 124 e 124v do códice referenciado por completo acima na nota 19.

Na continuação da carta de amizade, entendida como um momento particular de aproximação entre sobrinho e tio, no qual o Marquês buscou representar-se além da função pública que exercia e passaria a assumir, indicou que o sacrifício seria menos violento, considerando que tudo era oferecido “[...] ao Rey, e a Patria a quemofrecerei sempre gostozamentetodas as utilidades, todo o descanso e a propria vida.” O discurso de Lavradio utilizava-se de uma tópica corrente da escrita de cartas setecentistas, a marcação do amor ao rei e que tudo era em nome dele, registrando sua função de súdito fiel. De acordo com as ponderações da historiadora Laura de Mello e Souza, “[...] nobres que se prezassem não tinham como se furtar à função pública, ao convívio cortesão, à governança nas diferentes possessões do Império, pois a isto os obrigava a condição de vassalos fiéis.” (SOUZA, 2002, p. 74). Na carta em análise, continuou Lavradio, “[...] paço a hum Governo que a sua grandeza a tem só no nome [...]”, pois considerava que na Bahia podia exercer sua autoridade, recebendo uma ajuda de custo entre “[...] 18 para 19 mil cruzados [...]”, enquanto no Rio de Janeiro receberia não mais que 12.

Sobre a população do Rio de Janeiro, as críticas do futuro vice-rei foram severas, indicando que iria para um território “[...] habitado pelas piores gentez da Merica, sempre engratos aos beneficios, e atrevidoz para os seus superiores.” Quando, pois, os habitantes da Bahia eram “[...] gentes bastantemente humildes, obedientes, e que não so me respeitavaõ e me temiaõ mas me amavaõ.” Percebe-se na construção discursiva de Lavradio o uso da comparação, na qual foi traçando paralelos entre o Rio e a Bahia, apontando o péssimo negócio que faria ao se deslocar para a sede do vice-reinado. Ainda de modo negativo, desqualificou o clima da capital: “Naõ falo ja na diferença de clima porque eça hé taõ extraordinaria como hé a de paçar de hum o mais benevolo, a outro o mais rigorozo inconstante, e doentio [...]” – temeridades que Lavradio alimentava em seu imaginário, sobretudo pela falta de saúde que acometia o conde de Azambuja²¹ – o vice-rei que iria suceder.

Na carta de amizade enviada ao tio, enumerou as desqualificações que circundavam o cargo e a capital: ajuda de custo inferior, os habitantes, o clima e as maiores chances de adquirir moléstias. Porém, a soma desses aspectos não se comparava ao maior risco, expressados pelo medo de expor sua honra e reputação: “[...] finalmente neste Emprego irei ver a minha reputaçã a minha Caza o meu sucego, e a

²¹ Conde de Azambuja, D. Antônio Rolim de Moura Tavares, foi vice-rei do Brasil de 1767 a 1769.

minha vida naquela mais prgoza situação a que elle poderia nunca chegar.” A grande temeridade dos governadores ultramarinos circunscrevia o medo de cair em desgraça, envolvendo-se não apenas em atividades ilícitas, mas em outros conflitos. Existia o receio de manchar o nome da casa nobiliárquica como consequência de ações não satisfatórias aos interesses do rei – como a perda de um território, por exemplo. Questão que preocupava D. Luís e que se fundamentava pelos latentes conflitos de fronteira na América meridional, envolvendo lusos e castelhanos.²²

De 1751 a 1759, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, foi governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém. Ao retornar a Lisboa, assumiu a secretaria de Estado da Marinha e Ultramar até sua morte, em novembro de 1769, quando foi substituído por Martinho de Melo e Castro.²³ As relações entre Mendonça Furtado e o Marquês de Lavradio foram orientadas, acima de tudo, pela hierarquização do governo português, pois cabia ao vice-rei acatar as ordens vindas da secretaria de assuntos ultramarinos, assim como compartilhar suas medidas e investidas à frente do cargo – questão que não impediu que trocassem cartas particulares. Ao iniciar a correspondência a Mendonça Furtado, após saber da nomeação, invocou a amizade: “Meu amigo, e meu Senhor do meu mayor respeito por esta Nau me favorece V.Ex.^a com húa carta sua, e pela mesma Nau me espede V.Ex.^a as ordens de Sua Magestade [...]” (ARQUIVO NACIONAL, 1769, f. 117)²⁴ – o que indica o recebimento de cartas diferentes, uma de circularidade particular e outras de viés público, as que traziam as ordens do rei D. José I – entre elas a nomeação. Na sequência, Lavradio afirmou que “[...] se conhece que a incomparavel obrigação que a V.Ex.^a devo, e a toda sua Excelentissima Caza forão o mais efficas instrumentos para que a grandeza de Sua Magestade tanto procura destenguirme a minha inutilidades.”²⁵ O governador, desolado, agradecia a intervenção da casa de

²² Durante a administração do marquês do Lavradio os conflitos territoriais foram eminentes, resultando na perda da ilha de Santa Catarina para os castelhanos em 1777. Para saber mais sobre o assunto, consultar: Conceição (2014).

²³ Para maiores informações sobre as atuações de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Brasil, consultar nas referências bibliográficas os trabalhos de Fabiano Vilaça dos Santos (2010) e Marcos Carneiro de Mendonça (1963).

²⁴ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Correspondência**. Registro da correspondência do Marquez do Lavradio com diversas pessoas residentes na Bahia, Rio de Janeiro, Angola, etc. 1768-1772. Códice 1095, Carta de amizade do 2º marquês do Lavradio (D. Luís de Almeida Portugal) a Francisco Xavier de Mendonça Furtado (secretário de Estado da Marinha e Ultramar), Bahia, 29 de julho de 1769. f. 117-118v.

²⁵ Para evitar constantes intervenções no texto repetindo a referência desta missiva, indicamos que ela consta nos fólhos 117v, 118 e 118v do códice referenciado por completo acima na nota 24.

Mendonça Furtado, como articuladores da nomeação, mas também manifestava sua **inutilidade** para a função – utilizando-se de tópica corrente na prática epistolar do século XVIII: diminuir-se para demonstrar humildade, como um atributo nobre aos cortesãos.

No restante da carta de amizade o assunto da partida para o Rio de Janeiro foi prioridade, dividindo espaço com indagações sobre a saúde do secretário²⁶ e algumas solicitações. Lavradio pediu para que os oficiais trazidos por ele, de Lisboa para a Bahia, pudessem segui-lo na nova missão – “[...] *para* algumas de Ligencias de Segredo e honra elles me poderaõ ser Lá de mais utilidade pellos Conhecimentos e Espriencias que tenho deles.” A rogativa de D. Luís indica as redes de confiança estabelecidas entre os governadores e os profissionais da escrita que o acompanhavam no exercício da governança – função de primeira ordem e que requeria profunda credibilidade. D. Luís afirmou que não teria a ingratidão de se queixar. Contudo, declarou estar cheio “[...] das mais vivas expreçoens vendo a V.Ex.^a mil agradecimentos e ainda que não poso permeter a V.Ex.^a total dezempenho da minha obrigacaõ porque para hece saõ muito deminutas as minhas forças [...]” – retomando a tópica da auto-diminuição como estratégia linguística e de posicionamento social, diante da hierarquia que conjugava a relação dos correspondentes. Para o **quase vice-rei** seriam necessários os conselhos, as luzes, os conhecimentos e as experiências do secretário, pois “[...] sem estes Secorros *para* mim tam respeitaveis e necessarios será impossivel que eu posa dar conta de grande e importantissimo emprego que a Real maõ de *Sua Magestade* me encarrega.” Reconhecer a grandiosidade da função era um fato, mas seus sentidos simbólicos entremeavam as possibilidades de (des)graça.

Ao escrever ao secretário, o espaço de circularidade epistolar não foi apenas o da amizade, mas também o do ofício. A missiva foi iniciada sem saudações e encaminhou-se diretamente para o assunto em questão: “Pella Carta Regia de 8 de Abril hé Sua Magestade Servido que eu paçe ao Rio de Janeiro fazendome a Distinta honra de me nomear Vice Rei e Capitão General do Estado do Brazil com a Rezidencia naquela

²⁶ “Estimo que VEx.^a esteja inteiramente convalecido do grandissimo defluxo que VEx.^a padeceu em Oeyras, cá tenho Lembrado se seria produto de alguns mechilhoêns ou Sardinhas com *que* VEx.^a quizesse fazer alguã das suas Costumadas deitas Veja VEx.^a que a sua Saude hé muito importante e que VEx.^a não pode dispor dela sem gravissimos perjuizos de Terceiro.” (ARQUIVO NACIONAL, 1769).

Capitania.” (ARQUIVO NACIONAL, 1769, f. 93v).²⁷ D. Luís rogou que Furtado de Mendonça chegasse aos pés do rei e protestasse sua obediência e fidelidade diante da promoção. Lavradio, como representante máximo do rei no Estado do Brasil, invocou a intermediação do secretário, para que assegurasse a D. José I que não descansaria por um instante para atender tudo o que fosse de interesse real, “[...] e que os desacertos que em mim houver serão nascidos dos meus Curtos Talentos, da grandissima falta que tenho de espiriencias e de Luzes para empregos tam importantes.”²⁸ Novamente, depreciou-se, mas enobreceu suas intenções: “[...] porque se depende só dos meus desejos, os de todos dos meus Compatriotas juntos não excederão nunca aos que eu tenho sempre de asertar, e desta verdade protesto em toda a minha vida dar as mais evidentes provas.”

Portanto, conhecendo o discurso epistolar do Marquês do Lavradio, presente nas missivas selecionadas, é possível tecer algumas considerações. Passemos, então, à guisa de conclusão.

À guisa de conclusão

Segundo Heloísa Bellotto, ao se analisar a correspondência pública e familiar enviada pelos governadores ultramarinos, os historiadores poderão identificar muitas possibilidades de pesquisa, “[...] desde que bem entendida a sua tipologia, seus objetivos e seus motivos.” (BELLOTO, 2014, p. 324). A proposta da autora perpassa questões cruciais da história da cultura escrita, para a qual o documento, manuscrito ou impresso, deve ser analisado em conjunto com elementos não exclusivamente verbal. As significações da prática de escrita ultrapassam o momento da produção e da leitura, cabendo ao historiador a possibilidade de refletir sobre os sentidos que se agregam ao tempo e ao espaço da materialidade documental. Para Antonio Castillo Gómez (2003, p. 122) “[...] *el escrito tiene otra vida más allá de los momentos concretos de su producción y consumo, en lo que podemos llamar el tiempo de la conservación.*” Os atuais debates da história social da cultura escrita, conforme aponta Castillo Gómez, indagam, mormente, sobre as políticas da memória escrita, “[...] *es decir, en los*

²⁷ BIBLIOTECA NACIONAL (Portugal). **Ofícios do 2º Marquês do Lavradio, 1768 a 1774**. Códice PSS, Caixa 03, Carta de ofício do 2º marquês do Lavradio (D. Luís de Almeida Portugal) a Francisco Xavier de Mendonça Furtado (secretário de Estado da Marinha e Ultramar), Bahia, 29 de julho de 1769. f. 93v-94.

²⁸ Para evitar constantes intervenções no texto repetindo a referência desta missiva, indicamos que ela consta nos fólhos 93v e 94 do códice referenciado por completo acima na nota 27.

discursos, las personas y las instituciones que han ejercido historicamente la competencia sobre el patrimonio escrito, en uso de la cual han intervenido en su selección y transmisión.” (GÓMEZ, 2003, p. 122). O viés de análise apresentado pelo historiador espanhol permite que se considerem os tempos da escrita (produção, uso, circulação e conservação) na sua conexão com a elaboração das políticas de memória e as gerências sobre os patrimônios da escrita.

Tais questões foram relevantes para os objetivos deste texto, ao permitir a problematização do discurso epistolar de D. Luís de Almeida na sua relação com o tempo de conservação dos documentos que produziu governando o Estado do Brasil. A classificação entre discurso de amizade e de ofício foi uma marcação inferida pela conservação da produção textual do vice-rei, quando junto de seus oficiais da escrita, produziu livros de registros exclusivos para cada tipo epistolar, diferenciados pelo espaço de circulação. As cartas de amizade ocupam uma materialidade distinta das de ofício. Mesmo que o tema fosse idêntico, assim como o destinatário, foi preciso diferenciar o espaço de circulação e conservação, indicando que esse gesto marcava uma política de memória do discurso.

Durante o exercício da governança é possível identificar uma zona de manobra, na qual o vice-rei se movimentava entre cartas de amizade e de ofício. As de amizade que se caracterizam pelo uso da informalidade, mesmo que controlada. Porém, o grau de familiaridade discursiva era bastante oscilante. Desse modo, o destinatário ocupava papel central para que D. Luís manejasse as palavras. Não bastou a definição do espaço de circularidade da missiva, amizade e ofício, pois foi preciso tomar partido das práticas sociais setecentistas. Lavradio sabia até onde seu lamento poderia chegar, ao tio ou ao secretário do rei – um único sentimento, a contrariedade diante da nomeação, sendo representado de modo distinto. A nobreza lusa, assim como a europeia, paradoxalmente vacilava entre a “fidelidade ao monarca e a conspiração contra o trono”, segundo expressou a historiadora Laura de Mello e Souza (2002, p. 74). Portanto, D. Luís queixou-se de modo diferente para Tomas de Almeida e para Mendonça Furtado, mas repetiu uma constatação: o desejo de acertar em nome do rei, pois sabia “[...] que era do convívio com o Rei [...]” e também servindo-o “[...] que os nobres tiravam seu brilho e seus privilégios.” (SOUZA, 2002, p. 74).

Nas cartas de amizade do marquês do Lavradio o eixo das relações sociais tinha mais espaço para variar, pois é possível perceber, entre os parágrafos, diferentes graus de aproximação e distanciamento – com margem para a informalidade: usos de

pronomes de tratamento simétricos, passagens com tons irônicos, assuntos da vida particular tratados em meio a jogos sentimentais, etc. Por outro lado, na carta de ofício as relações possuem uma maior rigidez e, por quase toda a estrutura textual, o grau de assimetria da relação é mantido – assimétricas ascendentes, assimétricas descendentes e simétricas – marcado pela formalidade, pelo tom oficial de autoridade e/ou de deferimento, pelo uso de expressões incisivas, etc. Desse modo, o discurso epistolar moderno está integrado ao que Laura de Mello e Souza chamou de **privacidade vacilante**, considerando as complexas demarcações dos espaços públicos e privados vividos pelos governadores ultramarinos.²⁹ Para a autora, durante a prática epistolar, muitos governadores “[...] iam rememorando o que viam e sistematizando os modos de governar, disciplinando o dia-a-dia mas também os pensamentos, exercitando-se nelas, que na verdade as escreviam mais para si que para os outros [...]” (SOUZA, 2010, p. 318) – em um exercício contínuo de relação consigo e com o outro. Portanto, as cartas de amizade, como zona de manobra entre o homem público e o homem privado, eram o lugar da **privacidade vacilante**.

Ainda conforme sugere Castillo Gómez, a história da cultura escrita deve atender duas coordenadas principais: “[...] *el estudio de las estrategias de dominación simbólica y el de las prácticas de apropiación de los objetos culturales.*” (GÓMEZ, 2003, p. 123). Por exemplo, quando D. Luís conversou com Furtado de Mendonça sobre a mesma temática, mas de modo diferenciado conforme a circularidade da escrita, usou estratégias de dominação simbólica do discurso epistolar, movimentando-se com graus variados de afrouxamento linguístico (de persuasão), conforme a esfera social escolhida. Por conseguinte, a distinção de conservação – livros de registro separados – definida pelo Marquês incita que se analise esse discurso como objeto cultural, no qual a carta ultrapassa o **dito** e o **não dito**. Assim, a tipologia, os objetivos e os motivos, dentre outros sentidos, passam a ser lidos junto ao texto.

Conforme reflexão do historiador Stuart Schwartz as limitações de poder dos vice-reis, junto dos variados controles institucionais, e da “[...] incorporação dos cargos de brasileiros na hierarquia da profissão e entre os canais de promoção e a constante necessidade de remeter problemas a Portugal, tudo isto ligava a burocracia à Coroa e o governo colonial à metrópole [...]” (SCHWARTZ, 2011, p. 294), junção estabelecida pelo vai e vem de papéis pelo Atlântico. Com isso, foi possível perscrutar, neste breve

²⁹ As características que estamos destacando neste texto quanto à produção epistolar estão circunscritas ao período moderno. Neste sentido, conferir também a observação presente na nota 16.

exercício de análise, a intrínseca relação entre o governo luso-brasileiro e a prática de escrita de cartas, não apenas atendendo demandas administrativas, mas de posicionamentos sociais dos representantes do rei em terras além-mar, que moderavam o discurso conforme a ocasião, o destinatário, o grau de relação, a temática, as representações e as intenções do objeto cultural produzido, nesse caso a carta.

Para Laura de Mello e Souza o estudo de correspondências familiares da política colonial oferece questões delicadas ao historiador, por revelar dimensões privadas, sentimentos e sensibilidades, trazendo à tona a dimensão humana, sendo, portanto, o desafio de análise “[...] conseguir manter o afastamento ante um grupo social assentado no privilégio e, não raro, na iniquidade, sem contudo amputar-lhe a dimensão humana, imprescindível à compreensão da História.” (SOUZA, 2002, p. 62). Neste exercício de reflexão, identifica-se que D. Luís de Almeida, embora aproximando-se do secretário responsável pelos assuntos ultramarinos, por meio do discurso de amizade, não ousou engrandecer seu lamento e estrategicamente apresentou-se como um súdito resignado à ordem do rei, reconhecendo que precisava de ajuda e que possuía poucas forças. Mas agradeceu e seguiu para o Rio de Janeiro, deixando para as **conversações** à distância com o tio as queixas pelo triste destino.

Por fim, a seleção de missivas analisadas neste artigo apresentou algumas das leituras possíveis acerca da prática discursiva epistolar do império luso-brasileiro, por meio dos pressupostos teóricos e metodológicos da história social da cultura escrita que ainda muito tem a colaborar com a historiografia do período colonial. As cartas públicas e familiares dos homens de governo não são novidades nos estudos do período, mas ainda pouco incitam problemáticas que ultrapassem o texto, e pensem as missivas como objeto cultural de análise. Para Silvia Hunold Lara, um texto, além de conteúdo, “[...] possui elementos materiais que, juntamente com o gesto que lhe deu origem, precisam ser levados em conta na análise. Isso não implica ter que mudar de objeto, ou ter que deixar de fazer história social.” (LARA, 2008, p. 22). Os documentos do período colonial tornam-se fontes de acordo com os problemas que se almeja resolver, portanto, sendo o objeto de pesquisa, o texto ou a temática do governo, por exemplo, importa compreender o documento junto dos complexos e variados elementos que o compõem. Assim, acredita-se que para aprofundar a compreensão da situação cultural, econômica e política da sociedade brasileira, na história mundial, precisamos rever nosso passado colonial e, em especial, o universo mental e os projetos das elites, como destacou Laura

de Mello e Souza.³⁰ Pois, sem isso, avança-se menos na compreensão das complexidades que perpassam a sociedade brasileira – de matriz colonial e escravista –, na qual se expressam processos de resistência, ruptura, mas também de permanências. Assim, retorna-se ao início do artigo, especificamente à pergunta feita por Ester: “Vejam o que esta carta diz” para indicar que são múltiplas as possibilidades de estudo da prática discursiva epistolar do império português para além do **que está escrito**.

³⁰ Laura de Mello e Souza aponta que as cartas de amizade e familiares dos governadores do império luso-brasileiro são fontes inestimáveis de análise, refletindo que: “Já há algumas gerações consideramos com desconfiança nossos governadores de antanho, pois a história recente e a situação contemporânea do país favorecem revisões na análise das elites e levam à solidariedade em relação aos desfavorecidos. Mas a História e seus protagonistas têm tanta complexidade que as clivagens e os recortes de cunho mais ideológico às vezes se mostram limitadores. Sem compreender o universo mental e os projetos das elites, avança-se menos no entendimento das nossas desventuras atuais.” (SOUZA, 2002, p. 61-62).

**Between official and friendship:
the epistolary speech of the Viceroy, 2nd Marquis of Lavradio in the 18th century**

Abstract

For the realization of the overseas government the script practices became inherent in the exercise of power in the modern period. The documental mass produced by the Portuguese-Brazilian Empire is made up of different documentary types of political-administrative, legal, economic, and also social and cultural category. Among these papers the letters occupied a prominent place considering the uses in the areas of private and public life. Thus, this article shall deal with the epistolary script of D. Luís de Almeida, 2nd Marquis of Lavradio, and Viceroy of Brazilian State from 1769 to 1779. The goal is to discuss the discursive practice of friendship and official of Lavradio at a specific time of his passage through America: receiving the appointment to the post of vice-king, while the captaincy of Bahia (1768-1769) still ruled. For this we selected three letters: one of friendship sent to the uncle, Tomas de Almeida, and two – one official and another of friendship – for the Staff of Navy and Overseas Secretary, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Thus, the selection of letters shall be analyzed by means of the theoretical and methodological assumptions presented by social history of Script Culture, when discussing the letter not only as a source of information, but also as an object of analysis.

Keywords: Correspondence; Portuguese-Brazilian Empire; Viceroy; 2nd Marquis of Lavradio.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Correspondência.** Registro da correspondência do Marquez do Lavradio com diversas pessoas residentes na Bahia, Rio de Janeiro, Angola, etc. 1768-1772. Códice 1095, Carta de amizade do 2º marquês do Lavradio (D. Luís de Almeida Portugal) ao Principal Almeida (Tomás de Almeida), Bahia, 05 de maio de 1768. f. 2v.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Correspondência.** Registro da correspondência do Marquez do Lavradio com diversas pessoas residentes na Bahia, Rio de Janeiro, Angola, etc. 1768-1772. Códice 1095, Carta de amizade do 2º marquês do Lavradio (D. Luís de Almeida Portugal) ao Principal Almeida (Tomás de Almeida), Bahia, 01 de maio de 1769. f. 72v-73.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Correspondência**. Registro da correspondência do Marquez do Lavradio com diversas pessoas residentes na Bahia, Rio de Janeiro, Angola, etc. 1768-1772. Códice 1095, Carta de amizade do 2º marquês do Lavradio (D. Luís de Almeida Portugal) a Francisco Xavier de Mendonça Furtado (secretário de Estado da Marinha e Ultramar), Bahia, 29 de julho de 1769. f. 117-118v.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Correspondência**. Registro da correspondência do Marquez do Lavradio com diversas pessoas residentes na Bahia, Rio de Janeiro, Angola, etc. 1768-1772. Códice 1095, Carta de amizade do 2º marquês do Lavradio, (D. Luís de Almeida Portugal) ao Principal Almeida (Tomás de Almeida), Bahia, 29 de julho de 1769. f. 123-124v.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Correspondência**. Registro da correspondência do Marquez do Lavradio com diversas pessoas residentes na Bahia, Rio de Janeiro, Angola, etc. 1768-1772. Códice 1095, Carta de amizade do 2º marquês do Lavradio (D. Luís de Almeida Portugal) ao marquês de Angeja (Pedro José de Noronha), Rio de Janeiro, 06 de março de 1772. f. 332.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Correspondência**. Registro da correspondência do Marquez do Lavradio com diversas pessoas residentes em Portugal, Brasil, etc. 1772-1776. Códice 1096, Carta de amizade do 2º marquês do Lavradio (D. Luís de Almeida Portugal) a Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Rio de Janeiro, 02 de setembro de 1772. f. 5.

BIBLIOTECA NACIONAL (Portugal). **Ofícios do 2º Marquês do Lavradio, 1768 a 1774**. Códice PSS, Caixa 03, Carta de ofício do 2º marquês do Lavradio (D. Luís de Almeida Portugal) a Francisco Xavier de Mendonça Furtado (secretário de Estado da Marinha e Ultramar), Bahia, 29 de julho de 1769. f. 93v-94.

FREIRE, Francisco José. **O secretario portuguez compendiosamente instruido no modo de escrever cartas. Por meyo de huma instrucçam. Preliminar, regras de Secretaria, Formulario de tratamentos, e hum grande numero de Cartas em todas as especies, que tem mais uso**. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1746.

Fontes secundárias

ALDEN, Dauril. **Royal Government in Colonial Brazil – with special reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779**. Berkeley/Los Angeles: U. California Press, 1968.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Vice-reinado (verbete). In: SILVA, Maria Beatriz Nissa da (Coord.). **Dicionário da História da Colonização portuguesa no Brasil**. Lisboa/São Paulo: Ed. Verbo, 1994.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Diplomática luso-brasileira do século XVIII. Tipologia dos documentos ascendentes e descendentes. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O documento público e o documento privado: um estudo de caso da diversidade do discurso em língua portuguesa do século XVIII. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. **La ciencia de la escritura. Primera lección de Paleografía**. Buenos Aires, 2002.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, n. 5, p. 93-124, jan./ jun., 2003.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. **Scrivere lettere. Una storia plurimillennaria**. Roma-Bari, 2009.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Sociedad y cultura epistolar en la historia (siglos XVI-XX). In: CASTILLO GÓMEZ, Antonio; BLAS, Verónica Sierra (direção). **contemporânea**. Huelva: Universidad de Huelva, 2014.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. **A prática epistolar moderna e as cartas do vice-rei d. Luís de Almeida, o marquês do Lavradio. Sentir, Escrever e Governar, 1768-1779**. São Paulo: Alameda, 2013.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. O infeliz general português: Antonio Carlos Furtado de Mendonça e a invasão castelhana da ilha de Santa Catarina no século XVIII. **Navigator** (Rio de Janeiro), v. 10, p. 83-98, 2014.

EGIDO, Aurora. **La voz de las letras en el “Siglo de Oro”**. Madrid: Abada Editores, 2003.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigações sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Tradução: Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

ERTZOGUE, Marina Haizenreder; PARENTE, Temis Gomes (Org.). **História e sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006.

GOMES, Rita Costa. **A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média**. Lisboa: DIFEL, 1995.

HAROCHE, Claudine. **Da palavra ao gesto**. Tradução Ana Montoia e Jacy Seixas. São Paulo: Papirus, 1998.

LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 17-39, dez. 2008.

LISBOA, João Luis; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. A cultura escrita nos espaços Privados. In: José Mattoso (Diretor da coleção); Nuno Gonçalo Monteiro (Coordenação do volume A Idade Moderna) (Org.). **História da Vida Privada em Portugal: a idade moderna**. 2º ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

MARCOTULIO, Leonardo Lennertz. **Língua e História: o 2º marquês do Lavradio e as estratégias linguísticas no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Ítaca, 2010.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de (Coord.). **A Amazônia na era pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)**. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileira, 1963, 3t.

MIRANDA, Tiago C. P. Reis. A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádya Batella (Org.). **Prezado Senhor, Prezada Senhora: estudos sobre as cartas**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Trajetórias sociais e governo das conquistas: Notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **O crepúsculo dos grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)**. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 2003.

PAMUK, Orhan. **Meu nome é Vermelho**. Tradução e glossário Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PELAYO, Javier Antón. **La sociabilitat epistolar de la família Burgués de Girona (1799-1803)**. Girona: Cercle d'Estudis Històrics i Socials, 2005.

PETRUCCI, Armando. **Scrivere lettere. Una storia plurimillennaria**. Roma-Bari, 2009.

POSTER, Carol; MITCHELL, Linda C. **Letter Writing Manuals and Instruction from Antiquity to the Present. Historical and Bibliographical Studies**. Columbia: The University of South Carolina Press, 2007.

ROSA, Maria de Lurdes (Org.). **Arquivos de família, século XIII-XX: que presente, que futuro?** Lisboa: IEM, CHAM e Caminhos Romanos, 2012.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. **O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2010.

SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e sociedade no Brasil Colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, Laura de Mello e. O público e o privado no Império português de meados do século XVIII: uma carta de D. João de Almeida, conde de Assumar, a D. Pedro de Almeida, marquês de Alorna e vice-rei da Índia, 1749. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 59-75, jul. 2002.

SOUZA, Laura de Mello e. A vida privada dos governadores na América Portuguesa no século XVIII. In: José Mattoso (Diretor da coleção); Nuno Gonçalo Monteiro (Coordenação do volume A Idade Moderna) (Org.). **História da Vida Privada em Portugal: a idade moderna**. 2º ed. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, v. II, p. 300-332.

WEHLING, Arno e Maria José. **Direito e justiça no Brasil colonial. O tribunal a relação o Rio de Janeiro (1751-1808)**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

WEHLING, Arno. O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 316, p. 170-278, jul./ set., 1977.

Recebido em junho de 2015.
Aprovado em setembro de 2015.